

29 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

Empresários pagam encontro de juízes

em resort na Paraíba

Ministros do Supremo e do Superior Tribunal de Justiça viajaram com despesas pagas por entidade patronal

AMB diz que não vê problema em presença de magistrados em evento custeado por setor de transportes

FREDERICO VASCONCELOS
DE SÃO PAULO

Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça participaram, no último fim de semana, de evento fechado em um resort na Paraíba com despesas pagas pela Fetronor (Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Nordeste).

O "Terceiro Encontro Jurídico de Transportes Públicos do Nordeste" foi realizado no Mussulo Resort, que fica no litoral do Estado. A diária do hotel custa R\$ 609 (quarto para duas pessoas).

Além dos ministros, participaram do encontro juízes e advogados, que também tiveram suas despesas pagas.

O evento teve o apoio da Petrobras, que ofereceu patrocínio de R\$ 50 mil.

Um dos participantes, o ministro Marco Aurélio Mello, do STF, fez palestra sobre o equilíbrio econômico financeiro das delegações de ser-

viço público. Luiz Fux, também do STF, falou sobre o novo Código de Processo Civil.

A AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) e o Copedem (Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura) também apoiaram o encontro, que teve pontos em comum com a reunião promovida em outubro pela Confederação Nacional de Seguros, no Sofitel Jequitimar Guarujá (SP).

Nas duas ocasiões, foram convidados representantes da cúpula do Judiciário para discutir temas de interesse do setor privado.

Em nenhum dos casos hou-

66 Não vejo por que censurar. Significa que entidades da iniciativa privada acreditam que juízes podem dizer coisas importantes e investem para ouvir teses que podem ser contrárias às suas

HENRIQUE NELSON CALANDRA
presidente da AMB

ve divulgação pela AMB ou pelo Copedem. O presidente da Fetronor, Eudo Laranjeiras Costa, diz que o encontro "permitiu uma visão atual da jurisprudência". Ele calculou a presença de 200 pessoas.

A Fetronor reúne oito sindicatos patronais, que representam mais de cem empresas de transporte urbano, metropolitano e rodoviário.

OUTRO LADO

Para o presidente da AMB, Henrique Nelson Calandra, o evento teve finalidade acadêmica. "Não vejo por que censurar. Significa que entidades da iniciativa privada acreditam que juízes podem dizer coisas importantes e investem para ouvir teses que podem ser contrárias às suas."

O ministro Marco Aurélio, disse que aceitou convite do Copedem e viajou sozinho, na sexta, retornando no dia seguinte. "É um desafio intelectual. Para mim, é um encargo. Não é lazer."

O ministro Luiz Fux, que também retornou no sábado, foi ao encontro convidado pela associação de magistrados.

A Petrobras atribui o patrocínio ao encontro à "política comercial e de relacionamento com grandes clientes da Petrobras Distribuidora".

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

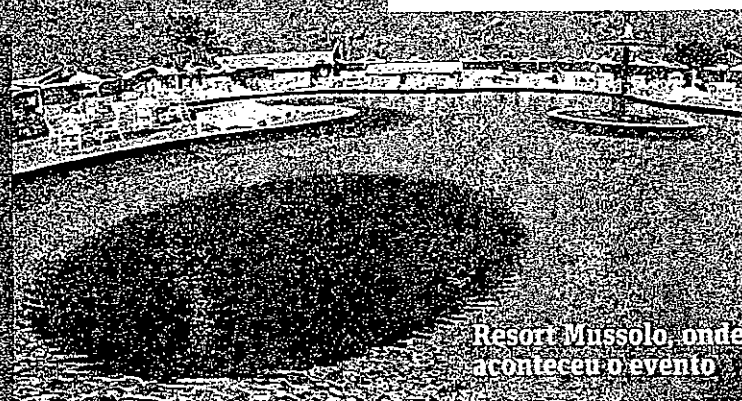
MINISTROS NO RESORT

Federação de empresas de transporte banca evento em hotel de luxo para cúpula do Judiciário

29 NOV 2011

Diária
R\$ 609

CONDE (PB)
nov.2011
Federação de empresas de transporte bancou hospedagem de ministros do STF e STJ em encontro jurídico, realizado no final de semana em resort. A Petrobras patrocinou o evento



Resort Mussolo, onde aconteceu o evento

Histórico

Outras entidades já bancaram eventos de magistrados em hotéis de luxo

Diária
até
R\$ 1.300

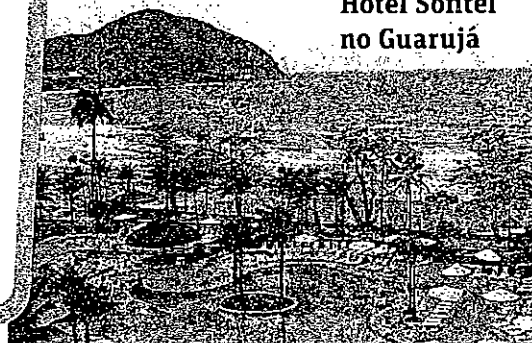
PRAIA DO FORTE (BA)
abr.2009
> Febraban pagou despesas de magistrados do Trabalho acompanhados de suas mulheres em congresso em resort na Bahia



Hotel na praia do Forte

Diária
até
R\$ 8 mil

GUARUJÁ (SP)
out.2011
> A convite da Confederação Nacional de Seguros, ministros do STF, do STJ e do TST participaram de seminário em hotel de luxo no início de outubro



Hotel Sofitel no Guarujá

Vanessa Corrêa da Silva - 17 set. 11 / Folha Press

Diária
até
R\$ 1.600

PORTO DE GALINHAS (PE)
nov.2011
> 320 juizes do Trabalho disputaram provas esportivas em encontro patrocinado por empresas privadas e estatais, como o BB e a Chesf

29 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

Brasil tem R\$ 2,4 bi em bens retidos pela Justiça em processos

Apreendidos em ações criminais, itens como carros e aeronaves estão abandonados em pátios e depósitos

Segundo o CNJ, apenas 4,4% dos bens foram restituídos a seus donos após o fim das ações; maioria vira sucata

A Justiça brasileira encerrará o ano com mais de 36 mil carros, 68 aeronaves e 1.300 embarcações em bens apreendidos vinculados a processos criminais que tramitam por todo o país. A maior parte deles estão abandonados em pátios e depósitos.

A lista também reúne 2.200 imóveis, joias, computadores, entre outros itens, avaliados em R\$ 2,4 bilhões.

Os dados dos materiais sequestrados pela Justiça são centralizados pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça). O sistema foi implantado em 2009, ano em que registrava R\$ 1 bilhão bloqueado.

A principal dificuldade do Judiciário é com a gestão desses bens devido à deterioração. Normalmente, o material apreendido fica bloqueado até o desfecho do processo, o que pode levar anos.

Segundo o CNJ, até agora, 4,4% dos bens foram restituídos aos proprietários ao término dos processos. A ampla maioria fica sob a guarda do poder público e vira sucata.

Parte desses bens poderá ter destino diferente se o Senado aprovar o projeto que muda a legislação sobre lavagem de dinheiro.

Um dos pontos do texto aprovado na Câmara é o leilão antecipado dos bens, transferindo os valores para uma conta bancária vinculada ao processo. Em caso de absolvição, o proprietário receberá o dinheiro de volta ou, se for condenado, os recursos ficam com o governo.

Hoje, somente no caso de tráfico de drogas os bens podem ser usados pela polícia ou são leiloados.

ENTRE OS BENS



68 aeronaves



36.713 carros



1.348 embarcações

PATRIMÔNIO APREENDIDO

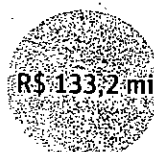
MAIORES VALORES



Bens em poder da Justiça somam R\$ 2,4 bilhões



R\$ 425 mi Imóveis



R\$ 133,2 mi

Moeda em espécie



R\$ 97 mi

Ativos financeiros



R\$ 27,5 mi Embarcações



R\$ 27,3 mi Eletrônicos



R\$ 20 mi Computadores



R\$ 16 mi Alimentos, bebidas e medicamentos

29 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Ziraldo

Em relação ao texto “Ziraldo é condenado no PR por estelionato” (“Cotidiano”, 26/11), informo que, nas declarações ao juiz — com inteiro apoio nas provas —, o cartunista demonstrou que não houve obtenção, para si ou para outrem, de qualquer vantagem ilícita em prejuízo alheio e, muito menos, indução ou manutenção de alguém em erro, mediante artifício ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Não houve o crime de estelionato (Código Penal, art. 171). Na verdade, desde o registro burocrático da logomarca “Humor at the falls” no INPI há quase dez anos, jamais ela foi usada para qualquer outro objetivo. Ziraldo jamais aproveitou a logomarca cedida ao evento para qualquer outra finalidade.

RENÉ ARIEL DOTTI, advogado do cartunista Ziraldo
Alves Pinto (Curitiba, PR)

29 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

Contrato suspeito

A 11ª Vara da Fazenda Pública da cidade de São Paulo determinou na última sexta-feira que a prefeitura, no prazo de 90 dias, promova uma nova licitação para escolher a empresa responsável pela inspeção veicular no município.

Ação do Ministério Público, que aponta uma série de irregularidades no contrato em vigor, pediu o afastamento do prefeito Gilberto Kassab e do secretário do Meio Ambiente, Eduardo Jorge —além do sequestro judicial de bens de todos os envolvidos, com vistas a eventual ressarcimento dos cofres públicos.

De acordo com os promotores, o prefeito desconsiderou pareceres em contrário de órgãos do próprio município ao decidir ressuscitar, em 2007, um acordo com a empresa Controlar, fruto de licitação promovida em 1995, na gestão de Paulo Maluf.

Entre outras infrações, Kassab é acusado de ter recorrido a artifícios para tornar possível a legalização do instrumento, assinado em 4 de janeiro de 1996, cuja validade, prevista para dez anos, já havia vencido.

Na visão dos promotores, essa decisão teria beneficiado uma operação privada — a compra, pouco tempo depois, de 45% das ações da Controlar pela empresa CCR.

A sentença, adequadamente, respeitou o mandato popular do prefeito, mantendo-o no cargo. Mas o imbróglio está longe de chegar ao fim. Decisões podem ser revogadas e o caso ainda estará sujeito a recursos.

Como atestam técnicos da área ambiental, os efeitos da inspeção implantada por Kassab são positivos para a população de São Paulo, ao impedir a circulação de veículos que emitem gases em quantidades acima do estipulado.

É preciso, no entanto, que esse serviço público seja prestado de maneira eficaz e regular. Não parece ser o que está ocorrendo. O contrato com a Controlar é alvo de um rol de contestações e o número de centros de inspeção está abaixo do previsto —são 16, quando deveriam ser 32. Há, ainda, questionamentos quanto ao valor cobrado do contribuinte, de R\$ 61,98.

A ação do Ministério Público é uma ocasião, também, para discutir se o atual sistema —uma concessionária privada com contrato de 20 anos— é o melhor a ser adotado. A descartar o envolvimento direto do setor público, seria de cogitar a contratação de mais de uma empresa, que poderia tornar a prestação do serviço mais competitiva e transparente.

29 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

Justiça mantém acusados presos no RN

Tribunal de Justiça acatou prorrogação de prisão temporária de dez investigados na Operação Sinal Fechado

Suplente de senador e ex-assessor do governo Serra é acusado de lobby em favor de esquema do Detran

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte acatou ontem pedido do Ministério Público Estadual e prorrogou a prisão temporária de dez acusados de envolvimento em crimes apontados na Operação Sinal Fechado.

Os acusados foram presos na semana passada após denúncia do Ministério Público de envolvimento em irregularidades na inspeção veicular no Estado e na exigência de registro de contratos de financiamento de veículos.

Entre os investigados está o tucano João Faustino, suplente do senador José Agripino (DEM) e ex-assessor da Casa Civil de São Paulo no governo José Serra.

O Ministério Público justificou o pedido de prisão do tucano sob a alegação de que ele fez lobby no Senado para tentar atrasar uma votação que contrariava os interesses do grupo acusado de operar os esquemas no Estado.

Os promotores também dizem ter provas de que Faustino recebia R\$ 10 mil por mês dos responsáveis pelos esquemas, e que teria participação nos lucros no negócio da inspeção veicular — que foi suspenso pela atual governadora, Rosalba Ciarlini.

DOIS ESQUEMAS

Desde 2008, graças a uma portaria do governo potiguar, era obrigatório o registro em cartório de financiamentos de carros novos, em valores que iam de R\$ 180 a R\$ 800.

Para o registro, foi fechado um convênio entre o Detran e o IRTD (Instituto de Registradores de Títulos e Documentos). A presidente deste instituto era tia de George Olímpio da Silveira, principal investigado pela operação.

George Olímpio começou operando o registro e, depois, formou o consórcio Inspar, que ganhou a licitação para a inspeção veicular.

Teléfonos e e-mails interceptados com autorização judicial mostram Faustino, então suplente do senador Garibaldi Alves atuando em 2008 para evitar a votação de uma medida provisória (422) que impediria que os Detrans obrigassem o registro de contratos de financiamento.

Na época, ele era assessor de Aloysio Nunes Ferreira na Casa Civil de São Paulo.

Faustino marcou uma reunião entre Garibaldi, então presidente do Senado, e George Olímpio para pedir que a MP não fosse votada.

O texto foi aprovado, mas o convênio que obrigava o registro de contratos só foi extinto em 2010, no final do governo Iberê Ferreira (PSB), também investigado pela operação Sinal Fechado.

FOLHA DE S. PAULO

Justiça condena

pastor por 29 NOV 2011 dossiê contra PSDB em 98

Documento sem autenticidade apontava
US\$ 368 mi em contas de tucanos

Conhecido como 'dossiê Cayman', o caso virou um escândalo eleitoral; único condenado até hoje nega envolvimento

A Justiça Eleitoral condenou o pastor evangélico Caio Fábio D'Araújo Filho a quatro anos de prisão por seu envolvimento no chamado "dossiê Cayman". O conjunto de papéis comprovadamente falso surgiu como tentativa de incriminar a cúpula do PSDB na campanha de 1998.

Caio Fábio, o único condenado pelo episódio até agora, foi considerado responsável por elaborar e divulgar o dossiê, incorrendo em crime de calúnia, agravado por ter envolvido o então presidente da, Fernando Henrique Cardoso. Ele pode recorrer.

A sentença, da juíza de primeira instância Léa Maria Barreiros Duarte, é baseada em uma investigação da qual participou também o FBI, a polícia federal norte-americana. Ela diz que o pastor preparou os papéis com um grupo de empresários em Miami, com o objetivo de vender a informação a adversários dos tucanos. Ele nega.

O caso, revelado pela **Folha** há 13 anos, tornou-se um dos maiores escândalos eleitorais do país.

O documento apontava a existência de uma empresa e de contas que seriam controladas por FHC, à época candidato à reeleição, pelo então governador de SP, Mario Covas, que também buscava novo mandato, e pelos tucanos José Serra e Sérgio Motta.

O conjunto de papéis mostrava depósitos de US\$ 368 milhões nas contas. O dinheiro teria sido resultado de propina após a privatização do setor de telecomunicações.

Os depoimentos que integram o inquérito detalham como cópias do dossiê circularam entre adversários do PSDB como José Dirceu, Paulo Maluf, Ciro Gomes, Marta Suplicy, Leonel Brizola e Benedita da Silva, além do advogado e ex-ministro da Justiça Marcio Thomaz Bastos.

O inquérito inclui um depoimento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, adversário de FHC na eleição.

Lula confirma ter tido ao menos dois encontros para tratar do assunto, um deles com o pastor e outro com o ex-ministro Luiz Gushiken.

O ex-presidente, ao tomar conhecimento do caso, pediu a Thomaz Bastos, então advogado da campanha, que checasse os documentos, segundo a investigação. Como seriam falsos, o PT não teve interesse na história.

Em um outro momento do inquérito, Lula revela que a hoje senadora Marta Suplicy (PT-SP) disse ter sido procurada por duas filhas e uma nora do hoje deputado Maluf. Elas teriam pedido que o PT desse vazão aos papéis.

Maluf afirmou no inquérito que só soube do dossiê pela imprensa e que jamais autorizou seus familiares a procurarem Marta.

OUTRO LADO

O pastor nega participação na elaboração e na divulgação do dossiê. "Tenho a consciência absolutamente tranquila. Não estou nem um pouco preocupado com isso."

Ele afirmou que os papéis apenas passaram por suas mãos. "Nunca vou mudar minha versão. Não tenho nada mais a falar do caso."

Seu advogado, Edi Varela, disse que entrou com recurso e nega crime eleitoral. "Esse assunto só surgiu depois das eleições, não entrou na campanha, ninguém usou."

FOLHA DE S. PAULO

29 NOV 2011

Começa o julgamento da 'viúva da Mega-Sena'

Milionário foi morto em 2007 na porta de bar

A demora na chegada de três testemunhas de defesa fez com que o julgamento da ex-cabeleireira Adriana Ferreira de Almeida, viúva do milionário Renné Senna e de outros três acusados de sua morte começasse ontem com seis horas de atraso.

Adriana, que está presa, chegou ao fórum de Rio Bonito, cidade a 74 km do Rio, acompanhada do seu advogado. Usando calça jeans e moletom, cabelo trançado e pouca maquiagem, ela se recusou a falar com a imprensa. Além dela estão sendo julgados a professora de educação física Janaína Sousa e os PMs Ronaldo Amaral, o China; e Marco Antônio Vicente.

Os quatro serão julgados por um júri de cinco homens e duas mulheres. A previsão é que o julgamento dure entre quatro e cinco dias. Serão ouvidas cerca de 40 testemunhas, além dos acusados.

Até a conclusão desta edição, duas testemunhas haviam sido ouvidas. A primeira, o cirurgião vascular Carlos Alberto Barreto Miranda, contou que atendeu Renné em agosto de 2006, a pedido de Adriana, por conta de complicações decorrentes da sua diabetes.

Logo após foi a vez de Luiz Penco, dono do bar onde o milionário foi morto, em janeiro de 2007. Penco disse que estava no balcão quando dois homens chegaram em uma moto. Um deles desceu armado e atirou contra Renné. Neste momento, Penco se escondeu atrás do balcão e ouviu apenas os tiros.

Ex-lavrador, Renné Senna, ficou milionário em 2005, ao ganhar R\$ 52 milhões no prêmio da Mega-Sena.

Em 2006, começou a namorar a cabeleireira, 25 anos mais nova que ele. A família de Renné pedia por justiça durante o julgamento.

Jogador brasileiro é condenado por violência sexual

DE SÃO PAULO - Segundo o jornal italiano "Gazzetta dello Sport", o jogador Mancini, que hoje defende o Atlético-MG, foi condenado a dois anos e oito meses de prisão na Itália.

As acusações são de violência sexual e lesão corporal, de uma mulher brasileira que teria conhecido em Roma, onde o atleta jogou e morou de 2003 a 2008, durante uma festa promovida por Ronaldinho.

Por meio de sua assessoria de imprensa, Mancini afirmou ser inocente. O atleta afirma ainda ser vítima de uma extorsão e que vai contratar um advogado na Itália para acompanhar o caso de perto.

MÔNICA BERGAMO PORTA DA RUA

O número de ações por falta de pagamento de aluguel deu um salto de 17,03% em outubro, em comparação com o mesmo mês do ano passado: passou de 1.051 para 1.230. Em relação a setembro, houve alta de 4%.

PORTA DA RUA 2

O aumento ocorre num ano em que esse tipo de ação vinha diminuindo. De janeiro a outubro, as ações locatícias registraram queda de 12% em relação ao mesmo período de 2010. Caíram de 14.330 para 12.610. O Secovi-SP (Sindicato da Habitação), responsável pelo levantamento, acredita que os inquilinos têm se esforçado para manter o pagamento em dia num ano de forte demanda por locação, em que fica mais difícil encontrar um novo imóvel para morar.

29 NOV 2011

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Contra o auxílio-saúde do TJ

O promotor de Justiça de Proteção à Saúde Pública de Ponta Grossa, Fuad Faraj, tem protestado contra o auxílio-saúde aos servidores do Judiciário paranaense aprovado nas últimas semanas pelos deputados estaduais. Faraj encaminhou uma carta ao governador Beto Richa (PSDB) pedindo que ele veto o projeto de lei que institui o benefício. Faraj classifica o projeto como uma "ilha de privilégio" de atendimento à saúde a apenas uma categoria, enquanto para a maioria da população o atendimento é precário. "Pergunto se Vossa Excelência acha justo que o povo do Paraná seja obrigado a pagar auxílio-saúde àqueles que a referida lei beneficia, enquanto no Paraná temos, para ficar num só exemplo, fila de espera para a primeira consulta com oncologista? Apenas em Ponta Grossa há mais de 190 pessoas pré-diagnosticadas com câncer que não podem ser atendidas porque a Secretaria de Saúde do Paraná limita o número de consultas", escreve o promotor.

'Corar de vergonha'

Faraj lembra também outros problemas do TJ na carta encaminhada ao governador. "Não bastassem os infames casos que maculam indelevelmente a história do Tribunal de Justiça paranaense, como o do nepotismo delirante e o do escândalo dos cartórios que, ainda privados, perpetuam-se de pai para filho, vem agora a Cúpula Diretiva do Tribunal de Justiça escrever mais uma dessas páginas que abomina e afronta toda a nação e faz corar de vergonha os magistrados dignos e cômicos de seu dever de moralidade para com todos os cidadãos do Paraná", completa. A Reportagem procurou o TJ para comentar o assunto, mas não recebeu resposta até o fechamento desta edição.

29 NOV 2011

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

BA: o novo corregedor...

Antes de assumir a corregedoria do TJ da Bahia, o desembargador Sinésio Cabral Filho decidirá se a disputa entre as famílias Odebrecht e Gradin continua no Estado ou vai para o Superior Tribunal de Justiça.

...e um dilema bilionário

Mantendo a disputa Odebrecht x Gradin na Bahia, o desembargador Sinésio Cabral Filho confirmará as decisões do plenário da corte. Se mandar o caso para o STJ, atenderá aos desejos da Odebrecht.

FOLHA DE LONDRINA

Requião é multado em mais R\$ 25 mil

Processo por calúnia foi movido
por ex-secretário de Lerner

Luciana Cristo

Equipe da Folha

Curitiba - Uma nova multa foi imposta pela Justiça ao senador e ex-governador Roberto Requião (PMDB). O Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná confirmou decisão de primeira instância de aplicação de multa de R\$ 25 mil a Requião por calúnia ao advogado José Cid Campelo Filho, que foi secretário de governo de Jaime Lerner, durante seis anos.

Essa decisão refere-se a um discurso feito pelo ex-governador no Palácio Iguazu, em 2004, no qual Requião chamava Campelo Filho de ladrão. Cabe recurso no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A mesma acusação de Requião contra Campelo Filho foi feita em outro momento, durante um telejornal local, tempos depois e, por causa disso, uma outra ação tramita no TJ. Campelo Filho já teve decisão favorável em primeira instância para mais esta ação. O valor também é de R\$ 25 mil.

Até menos de dois meses, o ex-governador foi obrigado a pagar, em primeira instância, R\$ 40 mil ao ministro das Comunicações, Paulo Bernardo. Ele foi acusado por Requião de superfaturar uma obra para um ramal ferroviário no interior do Estado. A reportagem não conseguiu contato com Requião.

29 NOV 2011

29 NOV 2011

FOLHA DE LONDRINA

CNJ vai acompanhar ações contra Belo Monte

Adriana De Cunto
Equipe da Folha

Curitiba – Os processos judiciais que tratam de irregularidades na hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, e Teles Pires, no Mato Grosso, foram incluídos ontem no Programa Justiça Plena e serão acompanhados pela Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O pedido de inclusão dos processos ao programa partiu do conselheiro do CNJ Gilberto Martins em resposta a um pedido de providências feito pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público do Mato Grosso.

O sistema de acompanhamento do Justiça Plena tem a finalidade de garantir agilidade na trami-

Sistema visa garantir agilidade na tramitação de processos

tação de processos considerados de grande repercussão social e internacional, em que há dúvidas sobre o cumprimento do princípio da razoável duração do processo.

Contemplados pela Justiça Plena, a ideia é que os processos das hidrelétricas sejam concluídos antes do término das obras. Muitas vezes, quando as ações são julgadas em última instância, a hidrelétrica está terminada e funcionando. Nesses casos, o juiz acaba confirmando a teoria do fato consumado, quando os danos ambientais já são irreversíveis. Assim, as 14 ações judiciais sobre a hidrelétrica de Belo Monte, que está sendo construída no Rio Xingu, e mais dois processos referentes às hidrelétricas

do Rio Teles Pires, serão tratados como prioridade.

Ontem, o conselheiro Gilberto Martins esteve em Curitiba justamente para representar o CNJ na cerimônia de abertura da 6ª Semana de Conciliação. Ele lembrou que a conciliação tem a vantagem de encontrar soluções mais rápidas e que normalmente agradam as fases envolvidas no processo e também ajuda a desafogar o judiciário, que passa a ter mais tempo para se dedicar a casos de maior complexidade e relevância econômica, política e social.

A cerimônia de abertura da Semana aconteceu no prédio

da Justiça Federal com a presença dos coordenadores da conciliação dos Tribunais de Justiça (TJ), Tri-

bunal Regional do Trabalho (TRT) e da Justiça Federal do Paraná (JFPR). Só na Justiça Estadual serão realizadas até sexta-feira cerca de seis mil audiências em todo o Estado, segundo informou o desembargador Valter Ressel, coordenador do Núcleo Permanente de Conciliação do TJ. Quanto à Justiça Federal, apenas em Curitiba estão agendadas 222 audiências e o TRT deverá realizar, em todo Paraná, 3 mil audiências.

A desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, que assumirá esta semana a presidência do TRT-PR ressaltou a importância da Semana de Conciliação para dar visibilidade a essa prática. "A conciliação, como uma forma de solucionar pequenos litígios, deve ser incentivada", afirmou.

FOLHA DE LONDRINA

Juiz ouve alunos

envolvidos 29 NOV 2011 em vandalismo

Grupo teria quebrado janelas de escola de Santa Helena por não concordar com eleição de diretor

Santa Helena – Os dez alunos envolvidos no quebra-quebra de vidros do Colégio Estadual Professora Verônica Zimmermann, no Distrito de São Clemente, em Santa Helena (Oeste), irão se apresentar no Fórum da cidade amanhã. A ocorrência foi registrada no dia 24 deste mês e a depredação aconteceu porque um grupo de estudantes estaria insatisfeito com o resultado da eleição para diretor.

Pelo menos 17 vidros das janelas das salas de aula do colégio foram quebrados. De acordo com o sargento da Polícia Militar de Santa Helena, Edson Bottini, ao chegar no local, a equipe constatou os estragos, acionou o Conselho Tutelar e os menores foram encaminhados à delegacia. Eles foram autuados por dano ao patrimônio público e liberados na presença dos pais e responsáveis.

O chefe do Núcleo Regional de Educação (NRE), Léo Inácio Anschao, considerou o quebra-quebra uma situação pontual. Segundo ele, o Núcleo ainda está se inteirando do que realmente aconteceu. "Os vidros que foram quebrados devem ser repostos pelo pessoal que fez o vandalismo. Como se trata de uma questão de segurança, não cabe ao Núcleo se envolver", argumentou.

A continuidade dos estudantes na escola será definida por uma equipe da ouvidoria do NRE, mas ainda não há previsão para que esta definição seja tomada. "Dependemos de alguns elementos que serão enviados pelo Conselho Tutelar e pela polícia para tomarmos esta decisão", justificou.

Apesar da confusão, Anschão disse que o resultado das eleições continuam valendo. "Não descarto a possibilidade deste grupo ter sido incitado por alguém. Creio que não é uma vontade da população destruir a escola". A reportagem procurou o secretário da escola, Orlando Osório, eleito diretor na semana passada, mas ele não quis falar sobre o assunto.

De acordo com o escrivão da Polícia Civil, Ademir Antonio Corbari, o grupo é formado por estudantes menores de idade.

"Eles foram ouvidos pelo delegado, na presença de pais e conselheiros tutelares. Foi feito um termo circunstanciado e agora cabe ao juiz decidir o que será feito", disse.

O juiz da Comarca de Santa Helena, Cristian Palhiarini Martins, não deu detalhes do andamento do caso, já que, segundo ele, por envolver menores de idade, o processo corre em segredo de Justiça.

29 NOV 2011

FOLHA DE LONDRINA

BOLSONARO



- Assuma, Dilma! Eu já assumi!!

29 NOV 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TJ-PR anuncia mudança dos Juizados Especiais

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) anunciou a mudança dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Curitiba para a nova sede, localizada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 2826, no Bairro Água Verde. A partir desta segunda-feira (28) tem início a mudança com previsão de término para o dia 9 de dezembro. No novo endereço, o atendimento ao público será a partir do dia 12 de dezembro. Com a mudança os prazos processuais ficam suspensos durante o período, conforme o Decreto Judiciário nº 346 de 24 de novembro. Conforme o TJ, a mudança é demorada porque implica

no transporte de equipamentos, móveis, documentos e objetos que fazem parte da rotina de funcionamento das 13 Varas, das quais juizes e servidores estão empenhados para otimizar o atendimento ao público. Com a mudança, todas as Varas de Juizados Especiais de Curitiba serão agrupadas em um único prédio.

Eventuais dúvidas também poderão ser esclarecidas por meio dos seguintes telefones: Juizados Especiais Cíveis – 3234-3600, Juizados Especiais Criminais – 3363-2914, Juizado Especial da Fazenda Pública – 3352-4095 e Tribunal de Justiça – 3200-2775

29 NOV 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Escola de Magistratura do Paraná promove curso sobre seguros

A Escola da Magistratura do Paraná (EMAP) realiza nos dias 1º e 02 de dezembro o Curso Estadual de Aperfeiçoamento para Magistrado, que terá como tema o mercado de seguros. A capacitação tem como objetivo debater questões relevantes, como os tipos de seguros, contrato estabelecidos, fraudes e inserção no Código de Defesa do Consumidor. As palestras são destinadas a magistrados e membros do poder judiciário. A capacitação acontece no auditório da EMAP, em Curitiba. Para os magistrados a participação no curso contará, também, para o efeito de vitaliciamento, como determina a Escola Nacional de Formação e Atualização do Magistrado (ENFAM).

INDÚSTRIA E COMÉRCIO
MUTIRÃO 29 NOV 2011

CNJ promove sexta edição da Semana da Conciliação

Expectativa é de que sejam encerrados

As ações judiciais movidas por um grande número de pessoas contra empresas e instituições, tais como agências reguladoras, bancos, empresas de telefonia e de saneamento básico são o foco da Semana Nacional da Conciliação 2011, aberta ontem (28), no Rio de Janeiro. Com o slogan "Conciliar É a Forma Mais Rápida de Resolver Conflitos", a mobilização envolve tribunais de todo o país, que promoverão até sexta-feira (2) audiências em esquema de mutirão.

De acordo com o presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Cezar Peluso, o objetivo é promover a cultura da resolução de conflitos por meio do acordo entre as partes e acelerar a tramitação de processos no Judiciário. É o CNJ que coordena as ações da semana de conciliação, que está em sua sexta edição. "Queremos convencer a sociedade que é melhor solucionar os litígios suscetíveis de ir a juízo mediante os meios alternativos, em vez de submetê-los à decisão dada autoritariamente pelo Estado. Temos o objetivo de estimular a sociedade a inserir na sua vida social ordinária [a ideia] de que é melhor conciliar do que litigar", explicou.

cerca de 170 mil processos

Peluso acrescentou que, em muitos em casos, a decisão judicial garante apenas o fim de um conflito jurídico, mas não do sociológico. A expectativa do CNJ é que o esforço concentrado sirva para encerrar, com acordos, cerca de 170 mil processos que tramitam na Justiça. Na Semana da Conciliação 2010, foram realizadas 361 mil audiências, das quais 171 mil terminaram com acordo entre as partes.

Em uma das audiências que ocorreu neste primeiro dia de mobilização, no Rio de Janeiro, a comerciante Lídia Macedo disse ter saído satisfeita da audiência. Ela alugou uma loja no Rio Comprido, zona norte da cidade, e teve dificuldades para transferir a conta de água para o seu nome porque constava um débito do inquilino anterior na empresa responsável pelo serviço. "Tive que entrar na Justiça para resolver meu problema. Eu só queria ter a água religada e passar a conta para o meu nome, por isso a conciliação era mesmo o que eu precisava".

Ainda durante o evento, foi lançada a Semana Nacional de Execução Trabalhista, que ocorre paralelamente à Semana Nacional

da Conciliação. Organizada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, a ação pretende incentivar empresas e trabalhadores a fecharem acordos em processos que estejam na fase de execução.

Ao fim da semana, será realizado o 1º Leilão Nacional de Bens, com produtos que foram penhorados em função de dívidas trabalhistas. De acordo com o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro João Oreste Dalazen, a lista é composta por bens de natureza variada. "Estimamos que milhares de credores de milhares de processos trabalhistas serão beneficiados com o produto da venda dos bens penhorados e levados a leilão. Há itens que vão de lingerie a carro e estádio de futebol", disse.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Informe Judiciário

29 NOV 2011

Ministra Eliana Calmon visita o Tribunal de Justiça do Paraná

A Corregedora Nacional da Justiça, Ministra Eliana Calmon, esteve na tarde da quarta-feira (23), no Tribunal de Justiça do Paraná, onde se inteirou das iniciativas da atual gestão, para dar cumprimento às metas e orientações do CNJ. De forma descontraída, a Ministra Eliana Calmon discorreu sobre os objetivos da Corregedoria Nacional, cujos Juizes Auxiliares, e servidores se encontram no Paraná, para revisão da ata da última correição geral, levada a efeito em 2009. Os dirigentes do TJPR apresentaram à Corregedora Nacional as boas práticas implantadas pelo TJPR - e o propósito constante da cúpula diretiva em conferir à atividade judiciária a máxima transparência, efetividade e disposição de servir à comunidade paranaense.

Mudança dos Juizados Especiais de Curitiba

Nesta segunda-feira, 28 de novembro, terá início a mudança dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Curitiba para a nova sede, localizada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 2826, no Bairro Água Verde. O término da mudança está previsto para o dia 9 de dezembro. No novo endereço, o atendimento ao público será a partir do dia 12 de dezembro. Com a mudança, todas as Varas de Juizados Especiais de Curitiba serão agrupadas em um único prédio, o que facilitará o acesso da população e evitará equívocos quanto ao endereço. A mudança é demorada porque implica no transporte de equipamentos, móveis, documentos e objetos que fazem parte da rotina de funcionamento das 13 Varas, das quais juizes e servidores estão se empenhando ao máximo para otimizar o atendimento ao público. De qualquer forma, a população continua sendo atendida. Qualquer cidadão que precisar dos Juizados Especiais deverá procurar um dos endereços abaixo, onde sempre haverá algum servidor e um juiz para análise do problema. Juizados Especiais Cíveis - o atendimento será mantido na sede da Rua Inácio Lustosa, nº 700, com suspensão dos prazos e regime de plantão judiciário em todo o período. Juizados Especiais Criminais - atendimento na sede da Rua Fernando Amaro, 60. Juizado Especial da Fazenda Pública - atendimento na Rua Lysímaco Ferreira da Costa, 355. Eventuais dúvidas também poderão ser esclarecidas por meio dos seguintes telefones: Juizados Especiais Cíveis - 3234-3600, Juizados Especiais Criminais - 3363-2914, Juizado Especial da Fazenda Pública - 3352-4095 e Tribunal de Justiça - 3200-2775

Semana Nacional de Conciliação

O Tribunal de Justiça do Paraná participa da Semana Nacional de Conciliação 2011, que inicia na próxima segunda-feira, dia 28 e estende-se até dia 2 de dezembro. A sessão solene de abertura acontece às 10h do dia 28, no Foyer da Sede da Seção Judiciária do Paraná, prédio da sede da Justiça Federal, na Av. Anita Garibaldi, nº 888, com a presença do Conselheiro Gilberto Martins e dos coordenadores da Conciliação no TJPR, TRT e JFPR e seus convidados. Segundo o desembargador Valter Ressel, coordenador do Núcleo Permanente de Conciliação do Tribunal de Justiça, "cerca de 75 juizes do 1º grau confirmaram a adesão e informaram que foram designadas quase 5.000 audiências para a Semana em todo o Estado, entre Justiça comum e Juizados Especiais". Também já estão agendadas 40 audiências no Centro de Conciliação do Fórum Cível de Curitiba e mais 160 no Centro de Conciliação e Cidadania do TJ. No 1º Juizado Cível de Curitiba será realizado um mutirão em processos indicados pelo Banco do Brasil.

CONTINUA

29 NOV 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CONTINUAÇÃO

Novo Fórum para Cruzeiro do Oeste

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfoury Neto, assinou na quarta-feira (23) a ordem de serviço para início das obras de construção do novo Fórum de Cruzeiro do Oeste. O novo prédio terá 3 mil metros quadrados e vai custar R\$ 6 milhões e oitocentos mil. O presidente Miguel Kfoury Neto disse da satisfação de assinar o documento "fico feliz com essa obra que vai atender bem e com conforto àquela população, da qual um dia fiz parte como cidadão cruzeirense". O prefeito Valter Rocha ressaltou os efeitos positivos do investimento. "Ganha a cidade e ganha o cidadão de Cruzeiro do Oeste, que volta a ter autoestima e orgulho por morar na cidade. Cruzeiro do Oeste está de parabéns, graças à dedicação e ao empenho da presidência", completou. A solenidade de assinatura do documento foi acompanhada por uma comitiva do município de Cruzeiro do Oeste, liderada pelo prefeito que teve ao seu lado integrantes da Câmara Municipal e o deputado estadual Nelson Garcia, entre outros.

Novos fóruns

Além da ordem de serviço para o imediato início das obras do novo fórum de Cruzeiro do Oeste, o presidente do TJPR, em companhia dos prefeitos municipais e dos deputados estaduais Alexandre Curi, Nelson Garcia e Fernando Scanavaca, assinou os contratos de construção dos fóruns de Terra Boa e São João do Ivaí. O de Terra Boa terá uma área de 1.784 metros quadrados e investimento de R\$ 4,740 milhões. Em São João do Ivaí serão investidos R\$ 3,256 milhões para uma área construída de 1.528 metros quadrados. As obras devem estar prontas em dez meses.

Plantão Judiciário

Os juízes de Direito José Eduardo de Mello Leitão Salmon (1º grau) e Denise Hammerschmidt (2º grau) respondem pelo Plantão Judiciário referente ao período 28/11/2011 a 5/12/2011. O serviço de plantão funciona entre o término do expediente forense (18 horas) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e, também, durante as 24 horas do dia quando não houver expediente forense. O Plantão Judiciário de 1º e 2º graus de jurisdição atende no andar térreo do edifício do Palácio da Justiça, situado na Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº, Centro Cívico, Curitiba. O telefone é (41) 3323 6767.

imp@tjpr.jus.br

29 NOV 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TST examina mais de 1.400 processos na Semana da Execução

Durante a Semana Nacional da Execução Trabalhista, que começou ontem e ocorre até a sexta-feira (2), os órgãos julgadores do Tribunal Superior do Trabalho darão prioridade ao julgamento de processos nessa fase. As pautas das sessões de julgamento das oito Turmas, das duas Subseções Especializadas em Dissídios Individuais (SDI-1 e SDI-2) e do Órgão Especial para a próxima semana incluem 1.295 recursos relativos a penhoras, leilão de bens, bloqueio e liberação de contas bancárias e bens de família, liquidação de sentença (cálculo) e outros atos formais envolvidos no cumprimento das sentenças trabalhistas a fim de que o trabalhador de fato receba o que lhe é devido.

Pelo menos mais 133 processos

(agravos de instrumento em recursos contra decisões em agravos de petição) serão examinados e decididos monocraticamente pela Presidência do TST, totalizando 1.428 processos. O número pode ser maior, porque as decisões monocráticas podem chegar a qualquer momento e ser decididas pelo presidente, ministro João Oreste Dalazen, à medida que forem chegando.

A execução trabalhista é um desdobramento do processo principal – no qual o direito do trabalhador é reconhecido – que se desenrola, basicamente, nas Varas do Trabalho, órgãos de primeiro grau. Quando há condenação e o devedor não paga, inicia-se um novo processo com ritos próprios, sujeitos a recursos. São esses re-

ursos que chegam até o TST, por meio de mandados de segurança e, principalmente, recursos de revista em agravos de petição.

Para contestar os atos relativos à execução (cálculos dos valores devidos, penhora de bens, bloqueio de contas bancárias etc.), o instrumento processual cabível é o agravo de petição – um tipo de recurso ao Tribunal Regional visando à reforma ou anulação de atos do juiz da Vara do Trabalho. Da decisão do TRT cabe ainda recurso ao TST: recurso de revista e, caso este tenha seguimento negado pelo Regional, agravo de instrumento visando ao seu destrancamento. Recursos para o TST ou outros tribunais superiores, na fase de execução, só são possíveis em casos de violação à Constituição Federal.

Londrina inaugura novo Fórum

O presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR), desembargador Ney José de Freitas, inaugura hoje a obra do novo Fórum Trabalhista de Londrina. A solenidade será às 11 horas, na Avenida do Café, 600, no antigo barracão do IBC, próximo ao aeroporto. A construção no novo Fórum teve o cronograma atrasado por medida de segurança, quando o

Tribunal Regional do Trabalho constatou que a execução não estava sendo feita de acordo com o projeto original. O contrato foi rescindido e outra construtora foi convocada, mas também teve de deixar a obra, por desacordo em relação ao contrato. Uma terceira empresa foi contratada e retomou a obra em março deste ano. O Fórum trabalhista de Londrina foi construído no antigo barracão

do IBC, com área reformada de 7.135,73m², mais área construída de 9.023,94m², perfazendo o total de 16.159,67m², e atende um pedido da subseção da OAB em Londrina e da OAB Paraná, que reivindicaram, durante anos, melhoria na estrutura da justiça do trabalho na cidade. O presidente da OAB Paraná, José Lúcio Glomb, e a diretoria da subseção da OAB Londrina vão participar da solenidade.

29 NOV 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Portos de Paranaguá e Antonina não podem pagar verba trabalhista por precatório

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) foi condenada ao pagamento de forma direta das verbas trabalhistas devidas a um empregado, nos moldes de uma empresa privada. A entidade pretendia quitar o débito por meio de precatórios, alegando ser uma autarquia estadual, mas a Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho confirmou a decisão que a considerou juridicamente de natureza privada.

Em decisão anterior, a Sexta Turma do TST deu provimento a recurso da empresa contra decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR), que, considerando-a entidade privada, a condenou ao pagamento das verbas na forma celetista. A Turma reformou a decisão regional com o entendimento de que a APPA é uma autarquia estadual que presta serviços públicos e, assim, poderia se utilizar do regime de precatórios no pagamento de dívidas trabalhistas.

Inconformado, o empregado recorreu à SDI-1, sustentando a reforma da decisão da Turma, notadamente porque o Tribunal Regional descaracterizou a condição autárquica da APPA em face da alta lucratividade de suas operações. O Regional noticiou ainda que a própria entidade age como empresa privada, a exemplo das verbas em questão, relativas a horas extras, adicional noturno e depósitos do FGTS, entre outras, todas de cunho eminentemente trabalhista.

Ao analisar o recurso do empregado na seção especializada, a relatora, ministra Maria de Assis Calsing, avaliou que a decisão da Turma deveria ser revertida, porque contrariava a

Orientação Jurisprudencial nº 87 da SDI-1. Essa OJ determina que a execução contra entidade pública que explora atividade eminentemente econômica, a exemplo da APPA, seja direta. É o que estabelece os artigos 883 da CLT e 173, parágrafo 1º, da Constituição da República.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Greve pode impedir conciliações em SP

29 NOV 2011

FÁBIO CAMPANA

A greve dos funcionários da Justiça pode impedir a realização das audiências da Semana Nacional da Conciliação, programadas para esta semana em São Paulo. Hoje (28), trabalhadores em greve fizeram uma manifestação durante a cerimônia de abertura do evento. Amanhã (29), segundo dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo (Sintrajud), eles pretendem mobilizar os servidores para que não façam as audiências de conciliação caso seus pedidos não sejam atendidos.

"Temos um dever com a população que está aqui, por isso hoje vai funcionar", disse o coordenador-geral do Sintrajud, Adilson Rodrigues. "Agora, esperamos um gesto das autoridades senão podemos parar amanhã".

Funcionários da Justiça Federal, do Trabalho e Militar estão em greve desde final de setembro. Os trabalhadores reivindicam a implantação de um Plano de Cargos e Salários (PCS) para a categoria, além de reajuste de 33% nos salários. "Estamos sem aumento há cinco anos", disse Rodrigues. "Queremos a reposição do que foi perdido pela inflação".

Ficha limpa

O voto do ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa sobre a aplicação da Lei da Ficha Limpa nas eleições de 2012 está pronto. Desde o início do mês, o julgamento da ficha limpa no STF está suspenso devido a um pedido de vista do ministro. A suspensão do julgamento ocorreu em sessão no início deste mês, quando Barbosa pediu vista de três ações que buscam esclarecer os efeitos da lei na eleição do ano que vem. Até aquele momento, somente o relator do processo, ministro Luiz Fux havia votado – a favor dos pontos da lei que garantem sua aplicação em 2012.

TRIBUNA DO PARANÁ

Indenização 29 NOV 2011

Requião multado

Pela 3ª vez, ex-governador é condenado a pagar R\$ 25 mil ao advogado José Cid Campêlo Filho, por danos morais

A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) confirmou uma sentença de primeira instância e condenou o ex-governador e atual senador Roberto Requião (PMDB) a pagar indenização de R\$ 25 mil ao advogado José Cid Campêlo Filho. O senador poderá recorrer da decisão.

Está é a terceira sentença que condena o ex-governador a indenizar Campêlo Filho por danos morais e ofensas durante discursos públicos. Neste caso, o advogado entrou com ação contra Requião por tê-lo ofendido em seu discurso durante uma solenidade para assinatura de convênios de transporte escolar, em 14 de abril de 2004. Campêlo Filho foi secretário do governo Jaime Lerner, que antecedeu Requião.

A sentença, publicada dia 17, mais de sete anos depois do ocorrido, considerou que houve ofensa à honra de Campêlo Filho. O governo do Estado também foi condenado solidariamente a indenizar o advogado, uma vez que, no momento da ofensa, Requião ocupava o cargo público em solenidade oficial.

“Da análise da conduta do réu, portanto, verifica-se que este deve ser responsabilizado pelos danos causados ao autor, considerando a amplitude na divulgação de seus comentários e que o autor é pessoa pública e conhecida como advogado na cidade. Desse modo, resta caracterizado o dever de indenizar do primeiro réu”, diz o voto do relator da ação, desembargador Ruy Cunha Sôbrinho.

O discurso do então governador foi reproduzido pelos jornais *O Estado do Paraná* e *Hora H News*, que também foram acionados judicialmente e inocentados pelo Tribunal. “Quanto à responsabilidade das Editoras O Estado do Paraná S/A e 3ª Via de Comunicação Ltda., entendo pela ausência de conduta ilícita a ensejar o dever de reparação. Veja-se que as matérias publicadas apenas reproduziram o discurso proferido pelo primeiro réu contra o autor, sem manifestar opinião a respeito das alegações”, diz a sentença.

Cid Campêlo Filho afirmou que a indenização decorrente das duas outras decisões judiciais, também de R\$ 25 mil, já foram pagas pelo ex-governador. Além desta terceira ação, há uma quarta, que aguarda julgamento de recurso pelo Tribunal de Justiça. Neste processo, em primeira instância, Requião também foi condenado ao pagamento de indenização de R\$ 25 mil.

“Não é o dinheiro que importa. O que importa é a condenação dele (Requião) pelas besteiras que disse”, afirmou satisfeito o advogado. A reportagem procurou a assessoria de imprensa de Requião para comentar a decisão, mas não conseguiu contato.



Cid: “Não é o dinheiro que importa”.

29 NOV 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

Liminar

A chapa CAPGigante, encabeçada pelo ex-presidente Mário Celso Petraglia, conseguiu uma liminar na Justiça que obriga o Atlético a entregar a lista completa dos sócios aptos à eleição. O prazo para entrega encerra amanhã, mesma data que a junta eleitoral se propôs a divulgar a lista de nomes, porém sem os detalhes que Petraglia terá em mãos agora.

Nova gestão

Por outro lado, a chapa Paixão pelo Furacão segue divulgando seu plano de ação através das redes sociais. Diogo Fadel Braz e Ênio Fornéa detalharam em um documento todos os planos para os três anos de mandato que a nova diretoria terá pela frente, caso eleita. Do futebol ao patrimônio do clube será aplicada uma gestão colegiada, com um organograma horizontal e com metas e orçamentos segmentados.

29 NOV 2011

JUSTIÇA GAZETA DO POVO

TJ mantém condenação de Requião por danos morais

Karlos Kohlbach

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) manteve a decisão que condenou o senador e ex-governador do Paraná Roberto Requião (PMDB) a pagar R\$ 25 mil de indenização por danos morais ao advogado e ex-secretário de Estado José Cid Campêlo Filho. Assessores jurídicos de Requião já adiantaram que vão recorrer da condenação no Superior Tribunal de Justiça.

Requião foi condenado porque, em abril de 2004, quando era governador, comentou a prisão de Cid Campêlo durante uma cerimônia de assinatura de convênio de transporte escolar com prefeitos do Paraná. "É interessante ver pela primeira vez no Paraná ladrões de dinheiro público na cadeia", disse. Irônico, o governador afirmou aos prefeitos que o PMDB tinha mandado confeccionar um pôster com a imagem do ex-secretário "atrás das grades". "É uma coisa linda de ver", disse na ocasião Requião, segundo o desembargador Ruy Cunha Sobrinho em seu despacho. Campêlo foi preso em 7 abril de 2004 sob acusação de irregularidades financeiras no governo, mas foi solto no mesmo dia.

O processo chegou ao tribunal porque tanto Requião quanto Campêlo recorreram da decisão de 1.º grau. Campêlo, que foi secretário de Governo na gestão de Jaime Lerner, requereu o aumento do valor da indenização e a condenação do estado do Paraná e de dois jornais de Curitiba que reproduziram a fala de Requião. Já o ex-governador pediu a anulação da condenação.

O TJ rejeitou o recurso de Requião e manteve a indenização por dano moral. Os magistrados ainda acolheram o pedido de Cid Campêlo e condenaram o estado do Paraná a pagar também R\$ 25 mil ao advogado. Os dois veículos de comunicação foram inocentados.

Esta é a terceira ação em que Requião é condenado a pagar R\$ 25 mil por dano moral a Cid Campêlo. Ainda há uma quarta ação, também por dano moral, tramitando no tribunal.

Procurada pela reportagem, a assessoria de imprensa do senador afirmou que ele não comentaria a ação.

CELSONASCIMENTO

Mais R\$ 25 mil 1

Definitivamente, o senador Roberto Requião virou "freguês de caderno" quando se trata de pagar indenizações por danos morais. Ontem, ele foi novamente condenado a enfiar a mão no bolso para reparar ofensas que perpetrou publicamente em 2004 contra o advogado Cid Campêlo Filho, ex-chefe da Casa Civil de Jaime Lerner. A decisão foi proferida em voto do desembargador Ruy Cunha Sobrinho que arbitrou a indenização em R\$ 25 mil.

Mais R\$ 25 mil 2

Curioso foi o método que o desembargador usou para estabelecer o valor da indenização: no texto do acórdão, ele lembra que Requião foi condenado a mesma pena e pelos motivos em processos motivados por outros desafetos (Guaraci Abreu, Cila Schulman e Ingo Hubert, entre outros) e em todas as vezes prevaleceu a importância de R\$ 25 mil. Então que se mantenha a escrita.

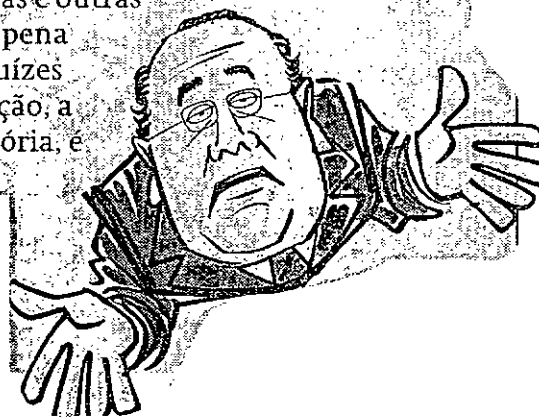
29 NOV 2011

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

OUTRA VISÃO

O ministro do Supremo Gilmar Mendes afirmou que é possível discutir novas sanções para magistrados condenados por irregularidades e disse que, ao contrário do que expressou a corregedora do CNJ, Eliana Calmon, a pena de aposentadoria compulsória é punição, e não prêmio. Na semana passada, Eliana Calmon defendeu que juízes envolvidos em corrupção devem ser multados e obrigados a devolver valores que obtiverem com a venda de sentenças e outras ilegalidades. Para ela, a pena máxima prevista para juízes condenados por corrupção, a aposentadoria compulsória, é muito branda.



29 NOV 2011

GAZETA DO POVO

NOTA POLITICA

Carta para o governador

Em carta aberta endereçada ao governador Beto Richa (PSDB), o promotor de Justiça Fuad Faraj pede ao tucano que ele não sancione o projeto de lei do TJ do Paraná, já aprovado na Assembleia, que implanta auxílio-saúde para a magistratura. O promotor questiona o benefício citando não ser justo que o povo pague as despesas médicas dos juízes e desembargadores. Faraj cita que a população que vai pagar a conta faz fila em postos de saúde em busca de atendimento médico.

GAZETA DO POVO

CIDADANIA 29 NOV 2011

Deve ser enaltecida a disposição de um grupo de cidadãos curitibanos, a maioria jovens universitários, de implantar em Curitiba o projeto "Adote um Vereador". A iniciativa partiu do Instituto Atuação Paraná, a partir de um modelo já adotado em Brasília, o "Adote um Distrital", que acompanha o trabalho dos deputados distritais de lá. A iniciativa também teve o incentivo do jornalista Rhodrigo Deda, que escreve a coluna *O Coro da Multidão* às segundas-feiras na *Gazeta do Povo*. O objetivo maior com o projeto é a fiscalização da atuação dos integrantes da Câmara Municipal de Curitiba, coibindo e denunciando as más práticas legislativas que acabam descambiando para a corrupção. A iniciativa é alvissareira, mas como bem salientam seus proponentes, o sucesso depende fundamentalmente do engajamento da sociedade. Sem dúvida superar a apatia social e o desconhecimento político do eleitor é condição *sine qua non* para que os cidadãos possam exercer suas prerrogativas de fiscalizar e participar da gestão pública.

NOTA POLITICA CPI Delivery

A CPI do Derosso, que investiga irregularidades nos contratos de publicidade da Câmara de Curitiba, decidiu ouvir Luiz Eduardo Gluck Turkiewicz, um dos sócios da empresa Visão Publicidade. Como o depoente passa por problemas de saúde, o depoimento será em sua casa – às 10h30 de amanhã. Turkiewicz foi convocado para depor no dia 19 de outubro, mas não compareceu, pois passou por uma cirurgia no mesmo dia. Além



de Turkiewicz, os vereadores da oposição estudam convocar também o ex-marido de Cláudia Queiroz Guedes, César Pacheco Guedes. Segundo o vereador Pedro Paulo (PT), o objetivo seria ter informações mais precisas sobre o relacionamento de Cláudia com o então presidente da Casa, João Cláudio Derosso (PSDB, foto), quando a empresa dela, Oficina da Notícia, foi contratada para prestar serviços de publicidade ao órgão.

COLUNA DO LEITOR Justiça Eleitoral

Gostei da entrevista com o presidente do TSE, Ricardo Lewandowski (*Gazeta*, 28/11). O que tem de ser melhor fiscalizada é a prestação de contas dos candidatos no TRE. Gastam fortunas e no documento de prestação de contas não colocam os gastos reais. E o TRE aceita.

Edes Finatto, Francisco Beltrão-PR

29 NOV 2011

GAZETA DO POVO

Assembleia demite funcionário acusado de desvio de verba

Karlos Kohlbach

A Assembleia Legislativa do Paraná demitiu o funcionário efetivo João Leal de Matos, acusado de envolvimento com a quadrilha que desviou mais de R\$ 200 milhões dos cofres do Legislativo paranaense. O esquema foi revelado no ano passado pela *Gazeta do Povo* e pela RPC TV na série de reportagens Diários Secretos. Matos foi preso e denunciado pelo Ministério Público Estadual à Justiça.

A demissão, no entanto, não tem relação direta com os processos judiciais. Depois das reportagens, a Assembleia abriu um processo disciplinar que concluiu que o servidor abandonou o emprego — uma das razões previstas em lei para se demitir um funcionário público. A decisão foi publicada no Diário Oficial da Casa na semana passada.

A suspeita do Ministério Público é de que Matos, que tinha cargo de auxiliar administrativo, era funcionário fantasma da Assembleia. Investigação do MP mostrou que Matos era um dos homens de confiança do ex-diretor-geral da Assembleia Abib Miguel, o Bibinho, visto pelos promotores como o líder do esquema fraudulento.

Na hierarquia da suposta organização criminoso, descrita pelos promotores, Matos seria responsável por obter documentos pessoais de familiares que permitiam a nomeação deles na Assembleia e a abertura de contas. Por meio dessas contas, teriam sido desviados pelo menos R\$ 13 milhões

(valor não atualizado). Em troca da cessão dos documentos, os parentes de Matos recebiam valores que variavam de R\$ 150 a R\$ 800.

Além disso, Matos é investigado pelo MP por ter acumulado dois cargos públicos — um na Assembleia e outro na Câmara Municipal de Curitiba. Ele foi contratado pelo presidente licenciado da Câmara, João Cláudio Derosso (PSDB), para dar expediente no gabinete da presidência; mas, ao mesmo tempo, era auxiliar administrativo na Assembleia.

Proibição

De acordo com a Constituição Federal, é proibido a um servidor público acumular cargos. O caso está sendo investigado pelo Ministério Público e a suspeita é de que ele recebia salários tanto na Assembleia quanto na Câmara, mas não trabalhava em nenhum dos dois lugares.

A reportagem tentou falar ontem com João Leal de Matos. Na casa dele, uma pessoa atendeu dizendo ser o genro de Matos e falou que ele não estava em Curitiba. Pelo celular, a esposa de João, Iara Rosane da Silva Matos, afirmou que ninguém da família tinha nada a declarar. Iara também foi denunciada pelo MP, acusada de participação no desvio de recursos públicos. Ela, assim como o marido, é investigada por acumular cargos na Assembleia e na Câmara.

29 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Bittencourt tenta reaver na Justiça vaga no TCE

Numa frente, defesa pede suspensão da tutela antecipada que o afastou do cargo; em outra, contesta poder da juíza de punir conselheiro de contas

Eduardo Bittencourt Carvalho quer reassumir a cadeira de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que ocupou durante 21 anos e da qual foi retirado por ordem judicial na semana passada, sob acusação de improbidade administrativa e enriquecimento ilícito.

São duas frentes que a defesa escolheu como estratégia para tentar reconduzir Bittencourt ao TCE, corte que ele presidiu por três vezes. Uma petição endereçada ao Tribunal de Justiça (TJ) pede a imediata suspensão da tutela antecipada imposta pela juíza Márcia Helena Bosch, da 1.ª Vara da Fazenda, que ordenou o afastamento de Bittencourt e o bloqueio de seus bens.

A outra medida é um recurso denominado agravo de instrumento – 31 páginas que sustentam a impossibilidade de uma juíza de primeira instância tomar medida drástica contra conselheiro de contas que detém garantias e prerrogativas de desembargador da Justiça.

O agravo, em regra, não tem efeito suspensivo, mas ele pode ser concedido se o desembargador relator do processo no TJ entender que a medida de primeiro grau provoca lesão à ordem pública, como alega a defesa de Bittencourt.

Acusação. É grave a acusação que pesa contra Bittencourt. Investigação minuciosa e sem precedentes da Procuradoria Geral de Justiça mostra que seu patrimônio chega a R\$ 50 milhões e que ele movimentou contas no exterior em nome da offshore Justinian Investment Holdings,

● Investigadas

Além do conselheiro Eduardo Bittencourt, afastado do cargo dia 22, também são acusadas na ação de improbidade sua ex-mulher, Aparecida, e sua namorada, Jackeline Paula Soares.

que constituiu nas Ilhas Virgens Britânicas. A fortuna foi injetada na Agropecuária Pedra do Sol, que administra fazendas do conselheiro.

Um argumento do recurso é que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, em ações distintas, que o privilégio do foro especial aplica-se também para processos com base na Lei da Improbidade, que tem natureza civil – as sanções previstas vão de reparação de prejuízos ao Tesouro e suspensão dos direitos políticos por até oito anos.

O Ministério Público repudia com veemência a linha adotada pelo STJ e reitera que a prerrogativa de foro só pode ser reconhecida para ações criminais movidas contra agentes públicos.

O agravo, subscrito pelos advogados José Eduardo Alckmin e Paulo Sérgio Santo André, salienta que Bittencourt não teve oportunidade de se manifestar antes do decreto judicial que o pôs para fora do TCE. Eles insistem que a juíza da 1.ª Vara da Fazenda não poderia afastar o conselheiro. “Pode um juiz federal de primeira instância e de qualquer canto do Brasil decretar o afastamento de um ministro do STF?”, questiona Paulo Sérgio.

Os advogados dizem que qualquer prova que implique na quebra de sigilo “exige autorização judicial”. O Ministério Público, através de cooperação jurídica internacional, amparada pelo Decreto 3810/2001, pediu auxílio direto aos EUA a fim de obter informações financeiras sobre as contas que Bittencourt movimentou em Miami e em Nova York. Relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras indica seis movimentações atípicas “incompatíveis com a capacidade econômica financeira do requerido (Bittencourt)”.

29 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Processos na Justiça

ameaçam 11 governadores

Anchieta Jr. (RR) pode perder mandato nesta semana, por ordem do TSE; maioria é acusada de abuso de poder e uso ilegal de meios de comunicação

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pode definir nesta semana o futuro político do governador de Roraima, Anchieta Júnior (PSDB), acusado pelo adversário Neudo Campos de abuso de poder e uso indevido dos meios de comunicação na eleição do ano passado. O tucano é um dos 11 governadores eleitos ou reeleitos em 2010 que já enfrentam o risco de perder o mandato na Justiça.

Nessa lista do TSE – corte que cassou três governadores nos últimos tempos –, estão: Tião Viana (PT, governador do Acre); Teotonio Vilela (PSDB, Alagoas); Omar Aziz (PSD, Amazonas); Cid Gomes (PSB, Ceará); Siqueira Campos (PSDB, Tocantins); Wilson Martins (PSB, Piauí); Antônio Anastasia (PSDB, Minas Gerais); Roseana Sarney (PMDB, Maranhão); André Puccinelli (PMDB, Mato Grosso do Sul); e Sérgio Cabral (PMDB, Rio de Janeiro).

Na maioria dos processos, as acusações são de abuso de poder político e econômico e uso indevido de meios de comunicação. As defesas negam as supostas irregularidades. Se forem cassados, os políticos poderão se tornar inelegíveis e eventualmente poderão ser barrados em outras eleições com base na Lei da Ficha Limpa.

Abuso de poder e uso indevido dos meios de comunicação também foram as imputações feitas à governadora do Rio Grande do Norte, Rosalva Ciarlini (DEM), absolvida em outubro pelo TSE por falta de provas. O processo contra Rosalva foi o primeiro julgado pelo tribunal relacionado à eleição de 2010.

Ficha Limpa. Recentemente, o TSE cassou os mandatos dos então governadores Cássio Cunha Lima (do PSDB da Paraíba), Marcelo Miranda (PMDB, Tocantins) e Jackson Lago (PDT, Maranhão), que morreu em abril. Apesar da Lei da Ficha Limpa, que veda a candidatura de políticos cassados, Cunha Lima e Miranda disputaram em 2010 uma cadeira no Senado e Lago concorreu ao governo maranhense.

O tucano obteve votos suficientes, mas somente conseguiu tomar posse no início deste mês, depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) concluir que a lei não poderia ter impedido candidaturas no ano passado. Miranda tenta até hoje no STF garantir a posse como senador.

A confusão em torno da validade da Lei da Ficha Limpa ocorreu porque, num primeiro momento, o Supremo manteve a norma, mas, após a eleição, decidiu que ela não poderia ter vigorado em 2010 porque não foi aprovada com pelo menos um ano de antecedência. Em breve, o STF definirá se a lei terá validade ampla ou não na eleição municipal de 2012.

MP denuncia prefeito de Porto Velho

O Ministério Público Estadual de Rondônia apura denúncia segundo a qual o prefeito de Porto Velho, Roberto Sobrinho (PT), montou uma empresa em sua própria residência para prestar serviços aos consórcios que constroem as hidrelétricas do Rio Madeira. Ele teria alugado equipamentos a empresários que mantêm contratos com os construtores das usinas.

Além disso, Sobrinho teria negociado compensações ambientais para Porto Velho com os construtores das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau. Ou seja, estaria discutindo concessões com empresas que lhe caberia fiscalizar.

Registros na Junta Comercial de Rondônia mostram que o capital social da V. R. Madeira Transportes Ltda., instituída em agosto de 2010, é de R\$ 50 mil – R\$ 5 mil pertencentes a Vitor Santiago dos Santos, filho do prefeito. Os outros R\$ 45 mil estão em nome do próprio Sobrinho.

O diretório do PT em Rondônia já chamou o prefeito para dar explicações, apesar de ainda não ter recebido nenhuma denúncia formal. Aos petistas, Sobrinho admitiu que a empresa é dele e funciona de fato em sua residência, mas garantiu que não há nenhuma ilegalidade.

O ESTADO DE S. PAULO

Ministério Público

acusa Controlar

de usar dados

sigilosos de motoristas

Para promotores, convênio com o Detran é ilegal porque empresa particular não poderia ter acesso a informações de donos de veículos

Marcelo Godoy

Um convênio entre o Departamento Estadual de Trânsito (Detran) e a Prefeitura de São Paulo permitiu à Controlar o acesso ilegal a dados sigilosos de milhões de donos de veículos. Essa é acusação do Ministério Público Estadual (MPE), que não só vê fraude e improbidade administrativa na manutenção do convênio como pede sua ruptura.

Segundo os promotores Roberto Almeida Costa e Marcelo Daneluzzi, os dados do Detran não poderiam ser usados por empresa particular. E, ainda que pudessem, o convênio foi assinado por um delegado de cargo subalterno, ou seja, sem atribuição legal para firmar esse tipo de acordo - que legalmente caberia ao diretor do Detran.

Sem o convênio, a Controlar não teria como impedir o licenciamento de quem não faz inspeção veicular e a Prefeitura não teria como multar os veículos. Isso significaria, na prática, o fim da inspeção pelo modelo atualmente adotado na cidade de São Paulo.

A autorização para acessar os dados foi dada em 2008. Ao ser informada pelo MPE, a atual gestão do Detran confirmou que a Controlar não tem direito de usar os dados. Aos promotores, o atual coordenador, Daniel Anenberg, informou que o departamento "não autoriza a entrega de seus dados a terceiros, nem sequer para a empresa Controlar". E prometeu tentar resolver o impasse com a Prefeitura. Mas ainda não refez o documento - chamado de "termo de confidencialidade" e que seria assinado com a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - im-

pedindo a empresa subcontratada pela Controlar de acessar os dados.

Em nota, a direção do Detran informou que tenta, desde 25 de outubro, refazer o tal "termo de confidencialidade" e ainda não conseguiu porque a Secretaria Municipal do Verde não devolveu o documento assinado. Ontem, o governador Geraldo Alckmin disse que vai averiguar a questão e, se o contrato for irregular, ele será rompido.

Na sexta-feira, promotores que contestam o convênio conseguiram na Justiça bloqueio dos bens do prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab (PSD), do secretário municipal do Verde, Eduardo Jorge, de 13 empresários e de seis empresas. Entre elas estão a Controlar. Todos negam as acusações. Kassab se disse indignado com a acusação.

O MPE aponta 27 irregularidades, ilegalidades e crimes supostamente cometidos no contrato. E pede que os réus devolvam R\$ 1,1 bilhão aos cofres públicos, além do encerramento do con-

● Apuração

GERALDO ALCKMIN

GOVERNADOR DE SÃO PAULO

"Eu vou verificar esse convênio (da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente com o Detran),



como ele foi feito. Se tiver alguma coisa irregular, vai ser cancelado obviamente, mas nós vamos com cautela."

trato com a Controlar e devolução da taxa de inspeção e de multas para donos de veículos.

Controle. A Controlar aloja nos bancos de dados oficiais registros dos veículos aprovados e reprovados na inspeção. Tem assim, segundo o MPE, acesso a endereços, telefones, números de CPF e outros dados cadastrais protegidos de donos de veículos. "E isso sem qualquer controle", dizem os promotores.

Originalmente, o documento assinado pelo Estado e pela Prefeitura em 28 de maio de 2003 previa o acesso aos dados do Detran para instalação da inspeção veicular "desde que o sigilo dos dados fosse preservado". Mas em 19 de março de 2008 o delegado Gilson César Pereira da Silveira, do Detran, "extrapolando suas funções" na visão dos promotores, mudou o convênio original. Ele "subscreveu um termo de confidencialidade referente ao contrato da Prefeitura com a Controlar autorizando que os dados e o sistema fossem também operados por empresa terceirizada, subcontratada da Controlar". O documento foi assinado ainda pelo secretário Eduardo Jorge.

Em nota, a Controlar informa que só se manifestará após ser notificada sobre a ação civil pública protocolada pelo Ministério Público. E informa que "prestou em diversas ocasiões todos os esclarecimentos solicitados pela Promotoria, comprovando, por meio de documentação, a lisura na implementação e no cumprimento do contrato de concessão". Ainda reitera que a inspeção continuará a ser realizada normalmente. / COLABORARAM

FELIPE FRAZÃO E RODRIGO

DUARTE

29 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

IRREGULARIDADES

29 NOV 2011

• 22 empresas e pessoas, entre eles o prefeito Gilberto Kassab, tiveram seus bens bloqueados pela Justiça

Entenda o caso

1996 PRIMEIRO CONTRATO

O então prefeito de São Paulo, Paulo Maluf assina contrato para inspeção veicular com a Controlar. O contrato valerá por 10 anos

Constata-se que a Controlar não tinha capacidade técnica de realizar o trabalho. Após briga judicial, o contrato fica congelado

2008 CONTRATO 'RESSUSCITADO'

O prefeito Gilberto Kassab tira da gaveta o contrato antigo com a Controlar. Órgãos de controle apontam irregularidades, mas Kassab dá prosseguimento ao serviço

2009 AMPLIAÇÃO DA INSPEÇÃO



2011 FIM DO CONTRATO

Ministério Público denuncia esquema e Justiça manda fazer nova licitação

Os envolvidos



Carlos Suarez
dono da Controlar até 2008

BENS BLOQUEADOS

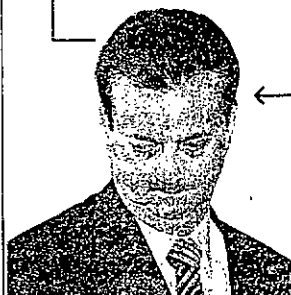


Herald Peter Zwetkoff
Atual presidente da Controlar

BENS BLOQUEADOS

1 Em 2008, Kassab planejava ampliar a inspeção no ano seguinte

2 Ele teria conhecimento prévio da negociação para vender a Controlar para o grupo CCR



Gilberto Kassab
prefeito de São Paulo

BENS BLOQUEADOS



Eduardo Jorge
Secretário do Verde e responsável pelo contrato

BENS BLOQUEADOS

3 Ao mesmo tempo, Kassab recebeu R\$ 4,2 milhões em doações de campanha dos controladores da CCR

4 CONEXÃO POTIGUAR

Teria intermediado a cópia do esquema para o Rio Grande do Norte, onde 14 já foram presos



Alcides Barbosa
Lobista

PRESO

Problemas no contrato da Controlar, segundo o MP

Poucas unidades

A Controlar construiu menos centros de controle do que os previstos no contrato

32 previstos

16 executados

Preço da tarifa

Avalia-se que a Controlar cobre 20% a mais do que o justo pelo serviço

R\$ 61,98 cobrado

R\$ 49,30 justo

R\$ 1,1 bilhão em prejuízo aos cofres públicos

2 Estados envolvidos nas fraudes

4,7 milhões de paulistanos passam por inspeção veicular anualmente
R\$ 15,4 milhões foi o lucro líquido da Controlar em 2010

CONTINUA

Secretário autorizou e depois multou empresa

Eduardo Jorge é acusado de passar e-mail ao chefe da Controlar liberando cartas de cobrança para donos de veículos.

O secretário municipal do Verde e do Meio Ambiente, Eduardo Jorge, autorizou a Controlar a enviar cartas de cobrança a donos de veículos de São Paulo. Após a repercussão do caso, resolveu multar a empresa como se não tivesse dado aval às cartas.

Foi por meio dos acessos aos dados do Detran que a Controlar enviou cartas a donos de veículo com placa final 1 em atraso com a inspeção, acompanhadas de boleto para pagamento do serviço em 2010. Até veículos zero km, que estavam isentos da inspeção, receberam a cobrança.

Por causa das reclamações dos donos de carros, a Prefeitura abriu um processo administrativo para investigar o uso indevido dos dados do Detran. O processo ficou em banho-maria por sete meses. "E tudo levava a crer que seria arquivado", dizem os promotores. Mas, como o Ministério Público Estadual interpeleou o Detran sobre o uso irregular de seus dados, a Secretaria do Verde retomou o processo e resolveu aplicar multa à Controlar de R\$ 8,7 milhões "em razão da distribuição de material de divulgação não autorizado pela secretaria". Em 1.º de junho deste ano, o próprio secretário Eduardo Jorge assinou a multa.

A Promotoria descobriu, entretanto, que tudo havia sido tratado anteriormente entre Eduardo Jorge e o presidente da Controlar, Harald Peter Zwetkoff. Também obteve cópia do e-mail liberando o uso dos dados, enviado por Eduardo Jorge a Zwetkoff em 30 de dezembro de 2009.

Depois, ao ser questionado sobre a autorização dada à Controlar por e-mail para distribuir o material, Jorge desqualificou o e-mail, afirmando que aquele ato não era uma autorização.

Para o promotor Roberto Almeida Costa, "é o cachorro correndo atrás do próprio rabo". "A permissividade causa ilegalidade e, quando é descoberta, o agente público se transforma em algoz daquele a quem sempre ajudou, sabendo, entretanto, que sua decisão não se manterá, ou sabendo em comum acordo que o jogo de cartas marcadas poderá levar ao entendimento da regularidade e seriedade no trato da coisa pública."

Ou seja, os agentes públicos não revogaram o convênio ilegal que permite à Controlar, com o conhecimento deles, ter acesso aos dados sigilosos do Detran, mas aplicaram multa à empresa quando ela utilizou publicamente esses dados.

Gestão Kassab diz que contratação da Controlar é legal

Questionada pelo Estado, a Prefeitura prometeu tomar "as medidas judiciais que julgar oportunas e reafirma que a contratação do Consórcio Controlar, responsável pelo Programa de Inspeção Veicular na Cidade de São Paulo, seguiu rigorosamente a legislação em vigor".

A gestão Kassab afirmou que a "implantação do programa foi feita de forma totalmente transparente e a Prefeitura forneceu as informações necessárias sempre que solicitada pelo Ministério Público". A Prefeitura tomou ciência da ação proposta pelo Ministério Público e tem 30 dias para prestar todos os esclarecimentos requeridos pela Justiça.

O fato demonstra que a empresa CONTROLAR S.A., detém o banco de dados do DETRAN e dele utiliza sob seu próprio critério, com o conhecimento dos Agentes Públicos.

Importante notar, entretanto, que as correspondências foram enviadas com o de acordo dado pelo Secretário Eduardo Jorge, através de e-mail, datado de 30 de dezembro de 2009, em resposta à e-mail enviado pelo Presidente da Controlar S.A. Harald onde constavam o dia da postagem e o modelo da correspondência.

Esta a resposta do Secretário através de e-mail institucional:

Harald,
De acordo.
Vamos mandar.
Eduardo Jorge
Secretário do Verde e do Meio Ambiente

As cartas foram remetidas e nenhuma questão de fundo foi levantada por qualquer dos agentes públicos.

Aval. Jorge concordou com cobrança por carta da Controlar.

29 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

POLÊMICA

**Destino do menino Sean
volta à pauta do STF**

Ministros do Supremo Tribunal Federal devem voltar a discutir hoje o polêmico processo sobre o destino do menino Sean Goldman.

Ele vive nos Estados Unidos com o pai há 2 anos, após liminar do então presidente do STF, Gilmar Mendes. Dias antes, o ministro Marco Aurélio Mello tinha determinado que Sean ficasse no Brasil com os avós maternos. Sean estava no País há quase 5 anos e perdeu a mãe em 2008.

JORNAL DO ESTADO

DITADURA

Vítimas

29 NOV 2011

poderão pedir
reparações, diz
ministra

Apesar de não ver motivos de preocupação em relação à Comissão da Verdade, a ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, Maria do Rosário, disse ontem que civis e militares que participaram de tortura, desaparecimento e morte na ditadura militar devem ficar "atentos e contribuir para que a verdade venha a tona". Ela também declarou que o Estado não impedirá que vítimas de violação de direitos humanos busquem seus direitos na Justiça.

"A Lei da Anistia está em vigor, mas ainda assim há segmentos que perderam pessoas, que foram torturadas, que foram marcadas pela ditadura e que acreditam que devem procurar a Justiça. E eles têm esse direito de reivindicar esse caminho", disse Maria do Rosário, ao chegar à Assembleia Legislativa do Rio para participar de solenidade na qual foi homenageada com a Medalha Tiradentes - principal comenda do Estado do Rio.

Questionada sobre as manifestações de entidades de militares da reserva contrários ao funcionamento da comissão, a ministra explicou que o objetivo das investigações "não é jurisdicional" - não haverá julgamento ou punição de agentes do Estado que tenham participado de violações de direitos humanos.

"O objetivo da Comissão da Verdade é constituir o fortalecimento da democracia no Brasil, indicando as circunstâncias e os fatos de graves violações de direitos humanos no período entre 1946 e 1988. Esse período abarca a ditadura militar (1964-1985)", disse.

29 NOV 2011

JORNAL DO ESTADO

Prejuízo

O senador Roberto Requião (PMDB) vai ter que pagar R\$ 25 mil de indenização ao ex-secretário José Cid Campêlo Filho. É a terceira indenização que Requião terá de pagar a ele. A nova sentença é por causa de um discurso feito no Palácio Iguaçu em 2004 ofensivo contra Campêlo. Ainda cabe recurso da decisão.

CONJUR

Problemas de saúde leva CNJ a criar grupo de estudos

28 NOV 2011

Os relatos de aumentos sensíveis na incidência de doenças físicas e emocionais causadas pelas características e condições de trabalho levaram o presidente do Conselho Nacional de Justiça, ministro Cezar Peluso, a criar um grupo de trabalho específico para elaborar estudos sobre as condições de saúde dos magistrados e servidores do Poder Judiciário e propor ações ou programas voltados para a reversão do quadro.

“Ao longo do trabalho de acompanhamento das metas, vários tribunais demonstraram preocupação com os índices de licenças e afastamentos causados por doenças decorrentes do trabalho e, por isso, sugeriam que fosse incluída uma meta nacional relacionada a programas de prevenção e promoção da saúde nos tribunais”, relata o juiz auxiliar Antônio Carlos Alves Braga Júnior, que coordena o grupo.

De acordo com o juiz, presidentes de tribunais disseram que há pesquisas apontando que o índice de afastamentos, temporários ou permanentes, em razão de doenças decorrentes do trabalho no Poder Judiciário é três vezes maior do que a média nacional. As doenças causadoras dos afastamentos teriam em comum o fato de serem provocadas por questões emocionais como, por exemplo, o estresse, a ansiedade ou a depressão.

Segundo Antonio Carlos Alves Braga Júnior, o principal objetivo do grupo é discutir a questão de forma aprofundada, levantar pesquisas e experiências bem-sucedidas e indicar à presidência do CNJ caminhos para o enfrentamento do problema. “Questões como estas, muitas vezes precisam ser tratadas não apenas avaliando a estrutura e as condições de trabalho, mas também por meio de um cuidado especial com as pessoas”, afirma o juiz, que é coordenador do grupo de trabalho.

Entre as alternativas possíveis de serem adotadas, segundo o coordenador, estão a criação de uma ação própria do CNJ, a adoção de um programa de prevenção e promoção da saúde em caráter experimental, que poderá ser replicado para os demais tribunais, ou a sugestão de adoção de algum programa bem sucedido já em andamento. “Além de aprofundar a questão e apontar caminhos, queremos despertar a atenção das administrações regionais para o problema”, disse. A expectativa do coordenador é que o grupo possa apresentar suas sugestões à Presidência do CNJ ainda no primeiro trimestre do próximo ano.

O grupo, instituído por meio da Portaria 124 da Presidência do CNJ, será formado pelos juízes auxiliares do Conselho Antônio Carlos Alves Braga Júnior e Marcelo Berthe, pelo desembargador auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, Sílvio Marques, pela desembargadora federal do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, Dalila Nascimento Andrade, pelo juiz do Tribunal de Justiça do Paraná, Roberto Portugal Bacellar, e pela juíza aposentada Vera Regina Müller, representante da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (Ajuris). *Com informações da Assessoria de Imprensa do CNJ.*

Juízes dizem que Meta 2 do CNJ virou martírio

CONJUR 28 NOV 2011

Por Gláucia Milício

Juízes federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul são unânimes ao afirmar que a Meta 2, definida pelo Conselho Nacional, vai atrapalhar em vez de ajudar a baixar a pilha de processos que aguardam julgamento nas varas espalhadas pelo país. O objetivo é que todos os processos distribuídos até 31 de dezembro de 2005 sejam julgados até o final deste ano. Para os juízes, representados pela Ajufesp (Associação dos Juízes Federais de SP e MS), a meta poderá acarretar acúmulo de novos processos e, por isso, cobram mais estrutura.

Em nota pública, a Ajufesp afirma que as varas federais têm realidades e acervos distintos, algumas com quadro funcional reduzido e maior número de demandas antigas, como as varas que julgam processos previdenciários ou os Juizados Especiais Federais, onde existem situações específicas, como a necessidade de obter documentos antigos para o julgamento de demandas relativas à seguridade social. Com isso, os juízes pedem que o fornecimento de estrutura adequada de material e de pessoal seja simultâneo à fixação de qualquer meta, para que ela não se torne inatingível.

"Não se discutem os benefícios da fixação de metas de trabalho, ainda que seus critérios possam ser questionados. Todavia, discorda-se do tratamento da questão sob a perspectiva da responsabilidade funcional. Mais do que avaliar os processos que não foram julgados, devem ser analisados os processos que receberam o devido andamento, considerando a complexidade de cada demanda", argumenta a associação.

A Ajufesp também é contra a adoção de medidas que impliquem punição ou interferência no processo de promoção ou ascensão na carreira dos magistrados que não atingirem a Meta de Nivelamento 2.

Recentemente, a Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) divulgou carta pública com críticas à resolução do Tribunal de Justiça do estado editada para cumprir a Meta 2 do CNJ. A Instrução Normativa 1 foi assinada pelo corregedor e pelo presidente do TJ. Para os juízes da entidade, a resolução implicará na paralisia das varas durante os últimos quatro meses de 2009. "A consequência disto será nova acumulação de trabalho a ser enfrentada no futuro, à custa de novos sacrifícios dos juízes de primeiro grau, de indiscutíveis prejuízos ao serviço judiciário e, principalmente, ao povo, destinatário da nossa atividade", registraram. Eles estimam que o atraso será em mais de 200 sentenças de mérito e acúmulo de dezenas de audiências.

Ainda segundo a entidade paranaense, a instrução normativa, a pretexto de solver problemas, cria outros ainda mais graves. Segundo eles, todas as varas iniciarão 2010 congestionadas. "A resolução criará um círculo vicioso de mutirões, que só tornará a Justiça ainda mais lenta", destacou a entidade. "Os objetivos impostos pela resolução,

CONTINUA

CONTINUAÇÃO CONJUR 28 NOV 2011

impossíveis de cumprir, autorizam-nos a rezear, com tristeza, que a Instrução sirva apenas, ao fim e ao cabo, para expor os juízes, aos olhos da opinião pública e do CNJ, como culpados únicos pelo fracasso anunciado no cumprimento da Meta 2."

Em artigo publicado pela **Consultor Jurídico** no último dia 31, o secretário-geral da Associação Nacional dos Magistrados Estaduais, juiz Antonio Sbano também reclamou da Meta 2. Segundo ele, a meta é ambiciosa. "Todo sistema novo, ainda que traga em sua essência a vontade de todos nós para a construção de um Judiciário célere e de qualidade, esbarra, como é natural, em falhas decorrentes do novo e do desconhecido, que devem ser sanadas com humildade e bom senso", registrou.

Ele também acrescenta que, para atingir os objetivos traçados, alguns tribunais, como medida de última hora, suspenderam as férias de seus juízes, "esquecendo-se que, os magistrados apresentam elevado grau de estresse em razão de suas condições de trabalho e que muitos assumiram compromissos para período de férias — já deferidos, vale dizer. Eles ficarão sujeitos a multas e perdas financeiras para transferir, sabe-se lá para quando, o novo período de gozo de seu direito" finaliza.

Leia a nota da Ajufesp

NOTA PÚBLICA – META DE NIVELAMENTO 2

A AJUFESP – Associação dos Juizes Federais de SP e MS, considerando a interpretação dada pelos tribunais quanto ao cumprimento da meta estabelecida no II Encontro Nacional do Judiciário, de julgar, na integralidade, todos os processos distribuídos até 31/12/2005, bem como a Resolução Conjunta nº 01/2009, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e o Provimento nº 106, da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 3ª Região, manifesta-se a seguir:

- 1 – Todos os magistrados têm interesse em julgar a totalidade dos processos sob sua responsabilidade e, cotidianamente, se empenham para esse fim;
- 2 – processo julgado não significa processo transitado em julgado, ou seja, a ação ainda não acabou, normalmente cabendo algum tipo de recurso em primeira ou segunda instância;
- 3 – os juízes não podem desprezar o devido processo legal, encontrando limites no que determina a lei e nos prazos e atos que dependem de terceiros, assim há, por exemplo, processos que aguardam a realização de perícias, atos que cabem às partes ou cumprimento de Cartas Precatórias. Na área criminal, feitos que aguardam o cumprimento da suspensão condicional do processo, etc.
- 4 - existem processos aos quais, por lei, deve ser dada prioridade de análise, não importando a data em que foram distribuídos, tais como processos com réus presos, Mandados de Segurança, demandas ajuizadas por idosos, entre outros;

CONTINUA

CONTINUAÇÃO CONJUR 28 NOV 2011

5 – é preciso considerar que as Varas Federais têm realidades e acervos distintos, algumas com quadro funcional reduzido e maior número de demandas antigas, como, por exemplo, as Varas que julgam processos previdenciários ou os Juizados Especiais Federais, onde existem situações específicas, como a necessidade de obter documentos antigos para o julgamento de demandas relativas à seguridade social, no intuito de assegurar a produção da prova e contornar dificuldades decorrentes da hipossuficiência técnica dos jurisdicionados, que não pode ser desprezada;

6 – o fornecimento de estrutura adequada de material e de pessoal deve ser simultâneo à fixação de qualquer meta, para que ela não se torne inatingível;

7 – há Varas com grande quantidade de processos antigos, sob responsabilidade de juízes que as assumiram recentemente e eles não podem ser cobrados por um acervo que não surgiu em sua jurisdição, sem que lhes seja dado tempo hábil para solucionar a questão;

8 – não se discutem os benefícios da fixação de metas de trabalho, ainda que seus critérios possam ser questionados. Todavia, discorda-se do tratamento da questão sob a perspectiva da responsabilidade funcional;

9 – mais do que avaliar os processos que não foram julgados, devem ser analisados os processos que receberam o devido andamento, considerando a complexidade de cada demanda;

10 - a função essencial de um juiz não é fazer números, mas JUSTIÇA, pois por trás de cada processo há um cidadão à espera da análise do seu caso individual;

11 - o número de sentenças proferidas deve ser levado em conta, mas não pode ser considerado de forma isolada para a aferição da produtividade de um magistrado, pois os resultados numéricos são enganosos. Montanhas de sentenças não significam que serão realizadas na prática. Esse modelo de números serve apenas para uma fábrica de parafusos. Decisões precisam de execução;

12 - Em razão desses fatos, a Ajufesp é contrária à adoção de medidas que impliquem punição ou interferência no processo de promoção ou ascensão na carreira dos magistrados que não atingirem a Meta de Nivelamento 2.

São Paulo, 8 de setembro de 2009.

CONJUR

Detran gaúcho deve pagar lucros cessantes a motorista

28 NOV 2011

Por Jomar Martins

O Detran não pode ser penalizado por negar pedido de renovação da Carteira de Nacional de Habilitação. Entretanto, se falha administrativamente, retarda um processo e prejudica o motorista profissional, deve indenizá-lo por lucros cessantes. Com este entendimento, a 22ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul confirmou sentença que negou danos morais e concedeu danos materiais a um taxista de Porto Alegre, que penou para renovar sua CNH. O acórdão é do dia 14 de outubro.

Motorista de táxi há 25 anos e com 31 de habilitação, o autor foi vítima de acidente de trânsito em 1989, quando pilotava uma motocicleta. Em decorrência das lesões, ele teve de amputar o pé direito passando a usar uma prótese. A seqüela física, entretanto, não lhe impediu de trabalhar normalmente como taxista — tanto que pode renovar a sua carteira de habilitação em 1997.

Entretanto, no dia 9 de janeiro de 2003, ao encaminhar a documentação para renovar a sua CNH — cuja validade expirava no dia 14 de janeiro —, foi informado que sofreria avaliação de uma junta médica especial do Detran. Os três médicos que o avaliaram — nenhum era ortopedista — entenderam que o autor somente poderia dirigir carro adaptado, conforme a Resolução 80/98 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). E mais: foi proibido de exercer atividade remuneratória — vedação aplicável a quem usa veículo adaptado.

O autor, então, apelou administrativamente do parecer dos médicos junto ao Conselho Estadual de Trânsito do Rio Grande do Sul (Cetran), a fim de fazer um novo exame — o que lhe foi deferido. Nesta fase, a história se repetiu. Como os médicos que o examinaram não tinham especialidade em Ortopedia, o diagnóstico acabou sendo o mesmo, bem como a proibição.

Novamente derrotado, o autor não se conformou. Interpôs recurso ao presidente do Cetran gaúcho, que acabou reconhecendo a ilegalidade da restrição estabelecida pela Resolução 80/98 do Contran — que na prática impede os condutores de veículos adaptados de exercerem atividades remuneratórias. Além disso, o Cetran nomeou outra junta médica para avaliá-lo, desta vez com um médico ortopedista. O novo parecer, finalmente, atestou que estava apto para conduzir veículos em segurança. Assim, em 22 de abril, o Detran concedeu-lhe a permissão para voltar a dirigir.

Depois de toda esta peregrinação, o taxista foi à Justiça contra a autarquia para pedir reparação, já que ficou 99 dias sem exercer sua profissão. Logo, não auferiu nenhum rendimento nesse período. Ele calculou seu prejuízo, devidamente atualizado, em R\$ 16.430,00. Além dos lucros cessantes, pediu também indenização por danos morais, uma vez que o ente público dificultou a renovação da CNH.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

CONJUR 28 NOV 2011

Em sua defesa, o Detran sustentou que ausência de ilegalidade, na medida em que somente pode conceder licença para dirigir quando o requerente satisfaz todos os requisitos legais para a sua obtenção. Disse, também, que o autor não comprovou o sofrimento alegado, que viesse a ensejar dano moral. Por fim, contestou o fato de que o autor tenha ficado 99 dias sem dirigir, mas tão somente oito dias.

Na primeira instância, o juiz Niwton Carpes da Silva entendeu que ficou demonstrada a restrição ao exercício profissional, afrontando o artigo 5º, Inciso XIII, da Constituição Federal. O juiz julgou a demanda parcialmente procedente. Negou a concessão de dano moral e admitiu os danos materiais sofridos.

No primeiro caso, entendeu que a prova carreada aos autos “apenas ficou gravitando na órbita do dissabor natural e contemporâneo com a época em que vivemos, sem maiores repercussões, quer no sentimento pessoal, sem humilhação exagerada, um sofrimento extraordinário ou mesmo no campo do padecimento moral ou pessoal”.

Quanto ao valor devido a título de lucros cessantes, disse que o montante do débito deveria ser apurado com base na média mensal auferida a partir dos ganhos declarados à Receita Federal, relativos a 2002, “já que, em relação ao exercício de 2003, a renda restou prejudicada em virtude do período em que o autor ficou impossibilitado de exercer a função de motorista de táxi por não contar com a CNH. Essa média mensal deverá ser multiplicada pelos meses em que este ficou sem trabalhar”, decretou o juiz.

Após a decisão de primeiro grau, a autarquia e o taxista apelaram ao Tribunal de Justiça. O Detran argumentou, em síntese, que agiu no exercício regular de seu direito e que o recurso acabou sendo provido no âmbito administrativo. Por fim, sustentou que a possibilidade do Poder Público rever o resultado de uma avaliação médica não pode gerar direito à indenização. Já o autor pediu a reforma da sentença sobre a ocorrência de abalo moral, já que o fato não se resumiu a um “mero dissabor”.

O relator do caso, desembargador Carlos Eduardo Zietlow Duro, também não viu dano moral e confirmou a sentença no tocante a danos materiais. Disse que tudo corria bem até a interposição do segundo recurso administrativo. Todavia, quando o autor foi submetido a novo exame, em 20 de fevereiro de 2003, ocorreu falha da Administração Pública, pois não foi observado o item 19.3 da Resolução nº 80/98, que altera os anexos I e II da Resolução nº 51/98 do Contran.

O item diz textualmente: “O Exame de Aptidão Física e Mental, em grau de recurso, será realizado por junta médica constituída por 3 (três) médicos, sendo sempre um, pelo menos, com a especialidade vinculada com a causa determinante do recurso.”

Esta falha administrativa, ocorrida a partir do dia 20 de fevereiro, é que deve servir de marco inicial para a contagem dos lucros cessantes — e não a data apontada na sentença. “Logo, dou parcial provimento ao recurso do Detran no tópico para modificação do termo inicial dos lucros cessante”, finalizou.